

**DECRETO Nº 20.316, DE 26 DE JULHO DE 2019.**

**Regulamenta a aplicação da Lei Municipal nº 12.498 de 16 de janeiro de 2019, que Institui o Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade e o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde, nos termos da legislação vigente.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso II e IV, da Lei Orgânica do Município,

**D E C R E T A:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Os Programas de Residência em Medicina de Família e Comunidade e de Residência Multiprofissional em Atenção Primária à Saúde serão executados de forma conjunta entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre e o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), por meio do contrato de gestão.

§ 1º Outras instituições públicas, privadas ou filantrópicas poderão formalizar execução conjunta dos Programas com o Município, mediante instrumento jurídico, dotação orçamentária própria e devida regulamentação de funções e competências.

§ 2º Será instituída a Comissão de Gerenciamento e Acompanhamento dos Programas (CGAP) com composição mista entre o Município e o IMESF, designada em Portaria e composta de forma paritária e com 4 (quatro) membros.

§ 3º As decisões da CGAP, quando houver empate, serão decididas pelo Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre.

§ 4º A CGAP deverá fiscalizar e monitorar o andamento desses, auxiliando nas adequações que venham a ser necessárias.

**Art. 2º** Será de competência da CGAP a elaboração e publicidade do Regimento Interno dos Programas, os quais versarão sobre os seguintes itens:

I – acompanhamento do tempo de duração dos programas;

- II – definição, objetivos e estrutura dos programas;
- III – forma de acesso ao Programa;
- IV – programa pedagógico do Programa;
- V – processo de avaliação dos Residentes, Preceptores e Supervisores dos Programas;
- VI – regime disciplinar e possíveis sanções a serem aplicadas, a saber:
- a) repreensão ou advertência;
  - b) suspensão das atividades; e
  - c) cancelamento e eliminação do Programa, mediante solicitação às Comissões Nacionais respectivas.
- VII – regulamentação acerca dos dias de repouso anual, afastamentos, atestados ou outros;
- VIII – direitos e deveres dos Residentes e Preceptores;
- IX – outros pontos que porventura possam vir a ser regulamentados.

## CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

**Art. 3º** Será de competência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS):

- I – viabilizar os cenários de aprendizado prático dos Residentes;
- II – obedecer às regulamentações das instâncias superiores acerca da implementação e do funcionamento dos Programas,
- III – manter cadastro ativo dos Residentes nos respectivos sistemas de informação;
- IV – realizar ações gerenciais focadas na garantia dos atributos da Atenção Primária à Saúde (APS) e na qualificação dos serviços prestados pelo Município;

V – organizar e legitimar os campos de estágios para os residentes, com viabilização de período de aprendizado prático nos cenários de ensino necessários;

VI – seguir as regulamentações determinadas pelas Comissões Estadual e Nacional de Residência;

VII – incluir os residentes e preceptores nos programas de educação continuada;

VIII – manter o provimento dos insumos mínimos necessários para a execução das atividades diárias clínico-assistenciais dos residentes;

IX – formalizar e viabilizar o custeio aos servidores públicos, estatutários ou profissionais do IMESF, que exercerem atividades de preceptoria dos Programas de Residência Médica e Multiprofissional;

**Art. 4º** Será de competência do IMESF:

I – auxiliar na execução de atividades dos Programas de Residência, de ordem prática ou gerencial, apoiando o Município na condução dos Programas de que trata esse Decreto, naquilo que couber;

II – viabilizar os incentivos financeiros de que trata esse Decreto, salvo os relacionados à preceptoria;

**Art. 5º** Serão atribuições conjuntas IMESF e da SMS:

I – garantir o cumprimento das responsabilidades pactuadas neste Decreto e em demais instrumentos a serem firmados entre as partes;

II – garantir o cumprimento do programa pedagógico estabelecido mediante suporte técnico e logístico necessários;

III – compor Comissão de Gerenciamento e Acompanhamento dos Programas de Residência;

IV – realizar processo seletivo interno de preceptores, com detalhamento de papéis em regulamentação interna, com frequência anual ou sempre que necessária seleção de novos profissionais;

V – avaliar periodicamente os preceptores ativos no programa;

VI – designar preceptores titulares e substitutos mediante ato próprio do Secretário, obedecendo as normas dos Processos Seletivos realizados;

VII – responsabilizar-se pela organização administrativa, planejamento e gestão dos Programas de Residência em Medicina de Família e Comunidade e Residência Multiprofissional em APS.

### CAPÍTULO III DOS RECURSOS E DAS BOLSAS

**Art. 6º** Os custos do Programa de Residência relativos aos Residentes e Preceptores vinculados ao Instituto estão respaldados pelos repasses referentes ao Contrato de Gestão firmado entre o Município e o IMESF.

**Art. 7º** As bolsas e os critérios de recebimento são os que seguem abaixo:

I – Bolsa Formação Multiprofissional - incentivo aos Residentes do Programa de Residência Multiprofissional em APS que não recebam benefício de mesma natureza de outro ente ou instituição;

II – Bolsa Formação Médica - incentivo aos Residentes do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade que não recebam benefício de mesma natureza de outro ente ou instituição e não recebam Bolsa Complementação Formação Médica;

III – Bolsa Complementação Formação Médica - incentivo destinado aos Residentes que recebam bolsa advinda de outro ente ou instituição;

IV – Bolsa Preceptoria - benefício pago ao servidores públicos, celetistas e estatutários, que atuem como preceptores em efetiva atividade, com as seguintes atribuições:

a) desenvolver e definir com o supervisor do Programa as atividades do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, observando a regulamentação vigente definida pelas Comissões de Residência Médica e Multiprofissional;

b) supervisionar, orientar e acompanhar os residentes em suas atividades assistenciais diárias, exercendo a função de orientador de referência e delegando a tarefa a profissional do grupo de preceptores quando necessário;

c) zelar pelo desenvolvimento das atividades teóricas e práticas previstas no Programa de Residência, acionando tutores, supervisores e a Comissão de Residência em caso de não realização dos acordos firmados;

d) encaminhar ao supervisor dos Programas de Residência a escala de trabalho e o repouso dos residentes, na frequência solicitada, bem como mensalmente as listas de presença, com frequência, justificativas de faltas e licenças;

e) facilitar a integração dos residentes com a equipe de saúde, usuários (indivíduos, família e grupos), residentes de outros programas, bem como com estudantes dos diferentes níveis de formação profissional na saúde que atuam no campo de prática;

f) participar das atividades de pesquisa e dos projetos de intervenção voltados à avaliação dos serviços prestados, à produção de conhecimento e de tecnologias, com integração ensino-serviço-assistência;

g) avaliar trimestralmente as atitudes, habilidades e competências dos residentes, com elaboração de planos comuns de trabalho e registro formal das avaliações realizadas;

h) identificar dificuldades, problemas e potencialidades de qualificação dos residentes, seja no campo teórico, relacional ou associadas ao desenvolvimento das atividades práticas, facilitando a aquisição das competências e habilidades desejáveis e essenciais e auxiliando na elaboração de plano de adequações quando necessário;

i) exercer outras atividades relacionadas, conforme determinação dos gestores;

j) participar das reuniões periódicas com tutores e supervisores, nas gerências distritais ou nas reuniões mensais de organização e planejamento do Programa.

**§ 1º** Para cada residente ou grupo de residentes, haverá 2 (dois) preceptores designados, sendo um titular e outro substituto, tendo direito ao incentivo apenas aquele que exercer a função.

**§ 2º** Os preceptores serão designados em ato próprio do Secretário Municipal de Saúde ou do Presidente do IMESF, de acordo com o vínculo contratual, mediante processo seletivo realizado dentre servidores públicos, estatutários ou celetistas, de mesma área profissional e vinculados com a respectiva unidade de saúde do residente.

**§ 3º** Bolsa-preceptorial não será incorporada ao vencimento, à remuneração, ao salário, ao provento, à pensão ou a qualquer vantagem para quaisquer efeitos, tampouco percebida cumulativamente com outros benefícios de espécie semelhante, só caracterizando o direito de recebimento do incentivo quando no exercício da função.

**§ 4º** Os custos relacionados aos Preceptores não vinculados ao IMESF serão de responsabilidade do Município.

**Art. 8º** Os pré-requisitos para seleção, prazos e direito à Bolsa Preceptoria serão definidos pela SMS.

**§ 1º** O valor da Bolsa Preceptoria será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por hora trabalhada, até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada Preceptor, em regime de 40 (quarenta) horas semanais, por residente ou grupo de residente, conforme designação do Secretário Municipal de Saúde.

**§ 2º** Excepcionalmente, de forma justificada, poderá o servidor público acumular 2 (duas) preceptorias, no total de 60 (sessenta) horas, conforme designação do Secretário Municipal de Saúde.

### CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 9º** As funções e responsabilidades relacionadas à preceptoria serão exercidas concomitantemente com o desempenho do cargo ou emprego públicos, sem prejuízos ao serviço público.

**Art. 10.** Os Residentes que ingressarem nos Programas mediante transferência - seguindo regulamentações vigentes - terão o direito aos benefícios de que tratam esse Decreto mediante autorização da Comissão de Gerenciamento e Acompanhamento dos Programas.

**Art. 11.** A Residência Médica de que trata esse Decreto terá vigência por prazo indeterminado, condicionada à autorização para sua realização a ser dada pelos órgãos competentes, em caráter nacional, e mediante a existência de alunos matriculados.

**Art. 12.** Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas em decorrência da execução do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade deverão ser resolvidos pela Comissão de Gerenciamento e Acompanhamento dos Programas.

**Art. 13.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 26 de julho de 2019.

Gustavo Bohrer Paim,  
Prefeito, em exercício.

Registre-se e publique-se.

Ricardo Hoffmann Muñoz,  
Procurador-Geral do Município, em exercício.